

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E SEXUALIDADES

A INTERLOCUÇÃO ENTRE A COMUNIDADE LGBTQIAPN+ E O SERVIÇO SOCIAL: desafios para a efetivação dos direitos sociais e das políticas públicas

THE DIALOGUE BETWEEN THE LGBTQIAPN+ COMMUNITY AND SOCIAL SERVICES: challenges for the implementation of social rights and public policies

Felipe Sobrinho Arruda¹
Lizandra Inês Both²

RESUMO

O presente artigo traz um parâmetro da atuação do Assistente Social, com o objetivo crítico de mudar este cenário, para tornar o atendimento seja de qual política for, ao usuário LGBTQIAPN+ mais inclusivo e sem estigmas, por parte dos profissionais, trazendo um parâmetro de vários âmbitos, que o Assistente Social esteja inserido. Trazendo uma visão em que futuramente o Serviço Social possa ser mais inclusivo e rápido nas adaptações dos seus conteúdos na formação, frente as mudanças sociais no cenário mundial e nacional, formando profissionais qualificados e inclusivos, para que a profissão possa atender e garantir direitos a todos sem distinção.

Palavras-chave: LGBTQIAPN+, Políticas Públicas e Assistente Social.

ABSTRACT

Este artículo presenta un parámetro de actuación del Trabajador Social, con el objetivo crítico de cambiar este escenario, para hacer la atención, independientemente de la política, al usuario LGBTQIAPN+ más inclusiva y sin estigma, por parte de los profesionales, trayendo un parámetro de varios alcances, que el Trabajador Social esté incluido. Aportando una visión en la que, en el futuro, el Servicio Social pueda ser más inclusivo y más rápido en la adaptación de sus contenidos formativos, ante los cambios sociales en el escenario global y nacional, formando profesionales calificados e inclusivos, para que la profesión pueda servir y garantizar los derechos de todos sin distinción.

Keywords: LGBTQIAPN+, Políticas Públicas y Trabajadora Social.

¹ Graduando em Serviço Social pela Faculdade do Centro Maranhense (FACMA) – E-mail: filipe.arruda1223@gmail.com

² Assistente Social, Professora do Curso de Serviço Social da Unicentro, graduada em Serviço Social pela UFRGS. Mestranda em Sociologia da UFPI. Email: lizandrboth@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

O artigo que segue apresenta um ensaio de uma pesquisa inicial sobre direitos sociais e políticas públicas da população (LGBTQIAPN+, L – Lésbicas, G – Gays, B – Bissexuais; T- Transgêneros; Q – Queers; I – Intersexo; A – Assexual, P – Pansexuais, N – Neutros e o + são outras sexualidades que possam existir), no trabalho profissional do Serviço Social. Busca-se analisar o contexto social, direitos e políticas públicas para a população LGBTQIAPN+, bem como trazer para a realidade profissional do Assistente Social, refletindo como ele deverá atuar a partir do (PEP) Projeto Ético Político da profissão.

As discussões referentes a população LGBTQIAPN+ ainda é inicial, sendo que é necessário trazê-la à pauta, a fim de que possam acessar serviços públicos de qualidade, de forma inclusiva e respeitosa, pois existe um déficit nos atendimentos. Já os Assistentes Sociais têm como PEP o respeito a liberdade e autonomia das pessoas, ou seja, há um compromisso profissional de garantir um atendimento de qualidade e respeito a população, porém para tanto é necessário estudar, conhecer e ouvir esse público, a fim de que a intervenção seja efetiva.

A pesquisa que se segue com o método de pesquisa bibliográfica e documental, utilizando artigos e trabalhos acadêmicos disponíveis na internet, nos últimos cinco anos (2018 a 2023). As revistas escolhidas foram: *Katalyses*, *Serviço Social e Sociedade*, *Social em Questão*, *Temporalis*, *Ser Social*, foram selecionadas por estarem integralmente disponíveis online e serem consideradas importantes para a profissão, pois são revistas respeitadas no ambiente acadêmico. O objetivo foi saber e analisar como são as abordagens para serem discutidas na faculdade, incluindo Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações e Teses, bem como materiais do CFESS/CRESS e artigos.

As fontes foram pesquisadas por meio de sites das revistas já citadas, da Base de Dados de Periódicos da CAPES, Google Acadêmico e Repositório Institucional da PUCRS para teses e dissertações. O CFESS forneceu materiais relevantes como revistas relacionadas ao tema escolhido, e a leitura parcial dos resumos das teses e dissertações foram necessários para a pesquisa. As Palavras-chave como "LGBTQIAPN+", "Diversidade", "Garantia de Direitos" e "Direitos" foram usadas para selecionar o material, analisados por meio dos resumos.

O Artigo tem início com a apresentação do cenário das lutas da Comunidade LGBTQIAPN+ e suas implicações para o profissional do Serviço Social. Importante destacar que a discussão desse artigo é inicial e faz-se necessário o aprofundamento do debate.

2 DE QUE CENÁRIO FALAMOS?

Atualmente vivemos a era dos direitos sociais e políticas públicas que abrangem as pessoas e grupos sociais específicos. A nível nacional podemos citar a Constituição Cidadã de 1988 (BRASIL, 1988), que representa um marco nas políticas públicas e direitos sociais para a população, especialmente a população mais vulnerável. Podemos destacar o direito a Saúde, com acesso universal e gratuito, Assistência Social a quem dela necessita, dentre outras.

Em cenário mundial podemos citar dos Direitos Humanos que é aplicado pela ONU – Organização das Nações Unidas, que tem como principal objetivo garantir e defender todas as pessoas, sem seletividades ou distinção de raça, cor ou gênero. Sendo que cada país que esteja filiado a ONU deve adequar as próprias políticas e ações respeitando este tratado universal, com isso podemos perceber que mesmo que existam pessoas de nacionalidades diferentes, as pessoas têm direitos garantidos como Moradia, Lazer, Educação digna e Saúde.

O Assistente Social é o profissional que é formado em Serviço Social, que para a sociedade historicamente essa profissão tem um estigma de caridade e filantropia, contudo este profissional pode ser inserido em várias áreas, como políticas de Saúde, Assistência Social, Previdência, Educação, Setor privado dentre outros. O trabalho deste profissional está regido pelo Código de Ética (BRASIL, 1993). Esse é um marco para a profissão e é fruto da organização política da profissão, que assume um projeto societário e se reconhece como classe trabalhadora.

A comunidade LGBTQIAPN+ é uma comunidade de pessoas que são consideradas minorias pela sociedade, esta comunidade está rodeada de muitos preconceitos por parte da sociedade, e muitas aversões no meio social, do mercado de trabalho etc. O Brasil é o País que mais mata LGBTQIAPN+ no mundo, conforme dados Vidica (2023). Estas pessoas sofrem preconceito por terem sua sexualidade longe dos padrões impostos pela sociedade, em situações comuns do dia a dia, não aprova e tem resistência em respeitá-los e conviver com a comunidade em um mesmo espaço, bem como na hora de prestação de serviços e políticas públicas.

A nível local primeiramente podemos citar a dificuldade do preparo dos profissionais para atender estes cidadãos, que inclui também o Assistente Social, demonstra a falta de conhecimento, que mesmo trabalhando com políticas públicas e tendo o pluralismo no atendimento como fundamentos profissional. A grande parte dos Assistentes Sociais desconhecem a comunidade LGBTQIAPN+ que são vulneráveis, que precisam conquistar seus direitos que são garantidos, como ter uma alimentação digna, saúde, educação, lazer, trabalho para se sustentar e direito a vida. Muitos LGBTQIAPN+ são expulsos de casa pela família quando descobre a sexualidade do filho(a), ou até mesmo eles escolhem morar na rua para não sofrer agressões de membros da família, sem contar a falta de emprego para estas pessoas por puro preconceito, muitos por estarem nestas situações ao mesmo tempo não tem acesso adequado a educação, lazer ou até mesmo uma alimentação adequada, são vários fatores que impossibilita (SANTOS, 2022).

Cabe citar duas políticas bem conhecidas, e que muitas das vezes negligenciam a comunidade LGBTQIAPN+, a Assistência Social e Saúde, ambas muito importantes e que andam de mãos dadas na garantia de direitos. O mês de junho é conhecido pela comunidade como o Mês do Orgulho LGBTQIAPN+, sem contar o Mês de janeiro é comemorado a Visibilidade Trans, que é específico para as pessoas Transgêneros, ambos esses meses eram para estar no calendário destas políticas, para serem tratados com profissionalismo e êxito a comunidade, trazendo serviços, orientações, capacitações, garantir direitos e fazer com que estas pessoas sejam vistas, respeitadas, acolhidas, garantindo uma maior qualidade de vida em geral.

Os profissionais encontram muitos desafios na execução de políticas públicas diretamente ligadas a essa população, bem como de tratar sobre o tema, pois ainda é possível reconhecer a existência do preconceito e moralização social, a falta de conhecimento sobre o tema. A questão do estigma é preciso ser reconhecido e discutido, pois, muitas vezes, ele também se faz presente na realidade dos profissionais, que devem garantir um atendimento livre de preconceito. É possível perceber que há um déficit na formação profissional, ao deixar de discutir essa especificidade nos serviços públicos e nas políticas públicas, nesse sentido, é urgente trazer para a pauta as discussões sobre o tema, tanto na academia, como nas políticas públicas, a fim de garantir que essa população tenha seus direitos sociais assegurado (SANTOS, 2022).

3 OS DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ E O SERVIÇO SOCIAL

A garantia e execução dos direitos sociais e políticas públicas para a população LGBTQIAPN+ no âmbito do trabalho profissional do Serviço Social, é processo complexo. Na formação do profissional do Serviço Social o Assistente Social encontra vários impasses, a formação por muitas vezes, há uma falta inclusão e de temas específicos, como a diversidade de gênero, raça e outros.

O déficit na formação profissional e do estudo do tema, não contribui para que os assistentes sociais rompam com preconceitos e moralismo que a sociedade perpetua frente essa população, deixando de oferecer um atendimento diferenciado e respeito aos mesmos. Devido a este fato, muitas pessoas LGBTQIAPN+ não se sentem inclusas e acolhidas, não se sentindo confortável em procurar um atendimento profissional. Conforme apontado por Ramalho (2021), é responsabilidade desses profissionais acolher a diversidade LGBTQIAPN+, identificando e combatendo preconceitos que possam resultar em tratamento discriminatório, assegurando respeito, direitos, recursos e oportunidades.

A falta de empatia e também de apoio, reforça estereótipos e processos de discriminação. No âmbito político, pouco tem se tratado sobre o tema, por receio de repressão, também por conta das ideologias machistas e preconceituosas que já fazem parte da realidade social atual. A legislação desempenha um papel crucial neste cenário, como evidenciado por Gross (2015), que destaca a proibição de discriminação por motivo de "preferência sexual" (Lei nº 9.612/1998, artigo 4º, inciso IV). Essa medida estabelece a não discriminação com base em orientação sexual, consolidando a proteção contra a discriminação em diversas esferas, incluindo as relações comunitárias.

Os desafios persistem, como mencionado por Silva e Lehfeld (2019), que enfatizam a necessidade de enfrentamentos ao conservadorismo, bem como a promoção a desconstrução de estereótipos enraizados na sociedade. Assim buscando romper com a discussão de que a transexualidade, travestilidade e assexualidade são doença ou distúrbio, que é destacada como uma prioridade na agenda da política de saúde.

No contexto dos cuidados paliativos, Bezerra (2018) destaca o papel fundamental do assistente social dentro da equipe, alinhando-se ao PEP. A defesa da diversidade de gênero e sexo se torna essencial e como prioridade, para assim contribuir para a qualidade no

atendimento e da inclusão destas pessoas, durante o processo de velhice dos LGBTQIAPN+ e seus familiares. Dessa forma, a atuação do Serviço Social na execução e garantia dos direitos sociais da comunidade LGBTQIAPN+ deve ser coerente com o seu projeto profissional, baseando-se em princípios éticos e políticos, juntamente com ações práticas que visem à promoção da igualdade e dignidade para todos, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

4 MOMENTOS HISTÓRICOS DE LUTA PELOS DIREITOS SOCIAIS

A interseção entre direitos humanos, movimento LGBTQIAPN+ e a profissão de serviço social é destacada pela International Federation of Social Workers (IFSW) em sua declaração na Conferência Mundial de Serviço Social de 2014, conforme apontado por Ramalho (2021). A IFSW enfatizou a imperatividade da profissão se envolver ativamente na "proteção e preservação dos direitos das pessoas LGBTI," reconhecendo tais direitos como fundamentais no panorama dos direitos humanos. Esta declaração reforça a responsabilidade do serviço social como profissão garantidora de direitos, que tem o dever de lutar por uma sociedade inclusiva e igualitária.

O ponto inicial desse percurso histórico no Brasil foi no ano de 1979, quando no Rio de Janeiro ocorreu o primeiro encontro de homossexuais militantes, assim documentado por Gross (2015). Este evento marcou o início de uma jornada que se expandiu pelo Brasil, promovendo a formação de grupos e encontros que desempenharam um papel importante na consolidação do movimento LGBTQIAPN+ no Brasil.

Silva e Lehfeld (2019) contribuem para a compreensão da ligação entre o capitalismo e as relações sociais heterossexuais patriarcais. Sua análise destaca como o capitalismo, em sua busca pela acumulação de riqueza e concentração de poder, incentivou a construção dessas relações. Ele traz à tona que a família cresce sobre o preceito de instituição central na manutenção das hierarquias de classe, como propriedade privada e na definição de gênero, evitando abordar as questões LGBTQIAPN+ como parte de uma luta mais ampla contra estruturas opressivas.

A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, instituída em 2011 representa um marco muito importante ao reconhecer as demandas específicas dessa população. Ao declarar a LGBTfobia como um determinante social

no processo saúde-doença, a política destaca não apenas as questões de saúde física, mas também as questões sociais, como a exclusão decorrente do desemprego, falta de acesso à moradia, educação, saúde, lazer e cultura. Esta abordagem reflete de diversas formas a necessidade de políticas que considerem as múltiplas variações de desigualdades enfrentadas pela comunidade (BEZERRA, 2018).

Em síntese, a resposta para esta problemática dos direitos LGBTQIAPN+ demanda uma compreensão da história, dos fundamentos sociais e econômicos que envolvem a comunidade, para entender melhor o processo social. Ao considerar as contribuições de Ramalho (2021), Gross (2015), Silva e Lehfeld (2019), e Bezerra (2018), é possível delinear um contexto abrangente que orienta a abordagem contemporânea para a proteção e promoção dos direitos da comunidade LGBTQIAPN+, reconhecendo a dificuldade das interações sociais, políticas e econômicas envolvidas.

5 INDICATIVOS PARA A FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL

A formação do Assistente Social precisa considerar a discussão da especificidade da comunidade LGBTQIAPN+, tomando medidas necessárias para garantir uma prática profissional sensível e inclusiva a comunidade. Em relação as recomendações de Bergh e Crisp (2004), Erich et al. (2007), Mallon (1999), e Ramalho (2021). É fundamental garantir aos profissionais uma compreensão histórica da diversidade de gênero e sexualidade, uma matéria dedicada a isso, na sua formação, reconhecendo que ela existe e que tem suas próprias necessidades e lutas.

O combate à homofobia e transfobia deve começar pela conscientização dos assistentes sociais sobre suas próprias crenças individuais, conforme sugerido por Ramalho (2021). A inclusão de temas que promovam a conciliação de tensões entre valores pessoais e profissionais, nos currículos dos profissionais é fundamental, para preparar os profissionais para lidar com questões sensíveis. A interação direta com pessoas que têm identidades de gênero e sexualidades não normativas é importante para ampliar a compreensão dos profissionais do Serviço Social sobre as experiências de vida e necessidades das pessoas LGBTQIAPN+, conforme mencionado por Erich (2007) e Mallon (1999). Esse contato direto promove uma abordagem empática e informada na prática profissional.

A desconstrução de mitos e estereótipos negativos associados à essa comunidade é uma parte fundamental da formação, também a disponibilização de informações corretas e

verdadeiras, conforme defendido por Bergh e Crisp (2004). É essencial para garantir que os assistentes sociais possuam conhecimento atualizado e evitem perpetuar equívocos que possam ofender o usuário. A criação de linguagens apropriadas, inclusivas e não tendenciosas é destacada como uma medida importante, conforme mencionado por Ramalho (2021). Esta abordagem linguística orientada e voltada para a inclusão deve-se ser incorporada nos currículos, garantindo que os assistentes sociais estejam equipados com as ferramentas adequadas para uma comunicação eficaz e inclusiva.

A legislação desempenha um papel importante neste contexto, como dito por Gross (2015). É necessário que as leis acompanhem as mudanças sociais e comportamentais, garantindo que a orientação sexual e a identidade de gênero sejam reconhecidas como aspectos que não as atrelem a doenças ou distúrbios, assegurando, assim, os direitos fundamentais desta comunidade. A abordagem de Silva e Lehfeld (2019), ao analisar as protoformas do capitalismo e nas relações sociais heterossexuais, destaca-se a necessidade de uma formação que explique a historicidade dessas questões dentro de estruturas mais amplas, proporcionando uma compreensão crítica da relação entre a discriminação e o poder.

Por fim, a promoção do respeito à diversidade de gênero e sexualidade no Projeto Ético-Político do Serviço Social, conforme apontado por Bezerra (2018), reforça a importância da defesa contra preconceitos. Esta abordagem ética é essencial para garantir um atendimento de qualidade, especialmente em situações que exigem cautela. Devemos investir em uma formação abrangente para os futuros assistentes sociais, abordando questões históricas, atitudes pessoais, interação direta, desconstrução de estereótipos, uso de linguagem inclusiva, legislação adequada e a compreensão crítica das estruturas sociais, integrando tudo isso ao nosso Projeto Ético-Político do Serviço Social para promover uma prática profissional inclusiva.

O aprimoramento da atuação dos profissionais do Serviço Social em relação à comunidade, demanda a iniciativa da implementação de estratégias voltadas a mudar o cenário atual, conforme sugerido por diversas fontes. O estudo e a formação voltadas as questões de gênero e sexualidade surgem como pilares fundamentais. Referências como Berkman e Zinberg (1997), McPhail (2008) e Mallon (1999), conforme discutido por Ramalho (2021), destacam a necessidade de estabelecer um serviço social *queer*. Nesta fala ele visa equipar os profissionais com a confiança e habilidades necessárias para comunicar-se e intervir de modo eficaz para com populações LGBTQIAPN+, assegurando os serviços de qualidade e sem discriminação.

A atuação das organizações não governamentais (ONGs) no cenário brasileiro, como mencionado por Gross (2015), desempenha um papel bastante importante na visibilidade da causa. Essas instituições representam o grupo LGBTQIAPN+ diante do Estado, buscando garantir direitos, que muitas vezes são conquistados apenas por meio de ações judiciais. Melhorar a atuação do Assistente Social garante uma colaboração efetiva com essas organizações, para assim poder compreender as necessidades específicas da comunidade LGBTQIAPN+ e promover ações que possam contribuir para a garantia de direitos.

O olhar crítico sobre as relações sociais e questões sociais, conforme proposto por Silva e Lehfeld (2019), destaca-se a importância de lutar pela emancipação social e política da comunidade LGBTQIAPN+. O objetivo inclui a garantia dos direitos fundamentais, que são as vezes fundamentadas em valores como respeito, amor e tolerância. Os Assistentes Sociais têm o papel de orientar e promover estes princípios, desafiando preconceitos e contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva.

No campo dos Cuidados Paliativos, Bezerra (2018) ressalta a necessidade de um olhar crítico sobre a dinâmica das relações sociais, considerando fatores como sexo, gênero, sexualidade, raça/etnia e classe. O Assistente Social desempenha um papel importante ao fornecer subsídios para evitar causar mais sofrimento ao indivíduo e sua família durante uma fase delicada. Isso inclui o respeito à identidade de gênero, orientação sexual e nome pelo qual o paciente se identifica ou quer se ser chamado (a). Essas práticas não apenas garantem dignidade ao usuário, mas também contribuem para um ambiente inclusivo.

Para se melhorar a atuação do Assistente Social no atendimento a comunidade requer um compromisso de sempre estar buscando aprendizado e aperfeiçoamento das informações e manter-se atualizado, são necessárias parcerias efetivas com organizações engajadas, que são críticas em relação às estruturas sociais e a aplicação de abordagens inclusivas e respeitadas em todas as fases do atendimento. Essas medidas são essenciais para assegurar que a prática do Assistente Social esteja alinhada com os princípios éticos, respeitando a diversidade e promovendo a igualdade de direitos para todas as pessoas.

6 CONCLUSÃO

A partir da discussão realizada, podemos afirmar que nossa sociedade como um todo é resistente ao tema LGBTQIAPN+, seja em qual âmbito da sociedade for, pois faz parte da nossa

formação cultural e social, pois este tema sempre foi visto como tabu, ou com olhares tortos. Porém os tempos são outros, direitos sociais já foram reconhecidos, e não podemos mais tolerar preconceitos ou discriminações por cor, etnia, gênero ou apenas por ser diferente do padrão em que a sociedade impõe.

O Assistente Social, como profissional que trabalha na perspectiva de garantir o acesso aos direitos aos usuários seus serviços, tem o dever garantir um atendimento inclusivo no ambiente profissional, rompendo com preceitos pessoais, para garantir que o PEP da profissão seja vivenciado. Porém é importante salientar que a atuação efetiva e inclusiva também deve passar pela opção de uma formação profissional que seja voltada ao tema de diversidade, como a comunidade LGBTQIAPN+. Já em algumas profissões se realiza essa discussão e está em seu componente curricular matérias que tratam da diversidade, mas para o Serviço Social não há nada específico voltado ao tema, bem como, na pesquisa se encontrou pouco material disponível sobre o assunto.

Deste modo é necessário que o profissional tenha a iniciativa de se informar e buscar atender de forma inclusiva, caso venha a atender alguém da comunidade, sempre respeitando as diferenças. Para que o atendimento de qualidade seja realizado por parte do assistente social, é preciso quebrar o estigma e incentivar a população a procurar o atendimento quando dele necessitar, é direito dos usuários ter um serviço de qualidade e ser bem tratado seja de qual gênero ou grupo for.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Mariana Aguiar. Pessoas LGBTI em cuidados paliativos: contribuições do serviço social para o debate. 2019. 16 f. **Tese (Doutorado)** - Curso de Serviço Social, Comunicações Orais - Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

BRASIL, Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993. BRASIL, Lei nº 1074/2003. Estatuto do Idoso.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 04 set. 2023.

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de ética Profissional do Assistente Social. Brasília, 1993.

BRASIL. Pedro Calvi. Câmara Federal dos Deputados (ed.). Brasil é o país que mais mata população LGBTQIA+: clp aprova seminário sobre o tema. CLP aprova Seminário sobre o tema. 2022. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/clp/noticias/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-populacao-lgbtqia-clp-aprova-seminario-sobre-o-tema#:~:text=Gilson%20Dobbin%20FCLP,A%20Comiss%C3%A3o%20de%20Legisla%C3%A7%C3%A3o%20Participativa%20aprovou%2C%20nesta%20ter%C3%A7a%20\(24\),n%C3%BAmero%20de%20assassinatos%20dessa%20popula%C3%A7%C3%A3o..](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/clp/noticias/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-populacao-lgbtqia-clp-aprova-seminario-sobre-o-tema#:~:text=Gilson%20Dobbin%20FCLP,A%20Comiss%C3%A3o%20de%20Legisla%C3%A7%C3%A3o%20Participativa%20aprovou%2C%20nesta%20ter%C3%A7a%20(24),n%C3%BAmero%20de%20assassinatos%20dessa%20popula%C3%A7%C3%A3o..) Acesso em: 20 set. 2023.

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2016.

GROSS, Jacson; CARLOS, Paula Pinhal de. **Da construção da sexualidade aos direitos LGBT: uma lenta conquista.** Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.10, n.2, 1º quadrimestre de 2015.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MORAES, Lúcia Flávia Machado de. O Debate de Gêneroe Sexualidade na Formação em Serviço Social Trabalho. 2022. 81 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org> Acesso em: 04 set. 2023.

RAMALHO, Nélon. **A formação em serviço social para a intervenção na diversidade de gênero e sexual.** 2021. 10 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa (Iscte-Iul), Lisboa, Portugal, 2021.

SANTOS, Lucas Sousa dos. **Conviver com vivência:** reflexões acerca do panorama da população LGBTQIAPN+ perante os serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) no contexto das Políticas Públicas de Assistência Social do Município de São Paulo. 2022. 107 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2022.

SILVA, Anabella Pavão da; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Breves compreensões sobre as: situando o serviço social. **Temporalis**, [S.L.], v. 19, n. 37, p. 102-117, 6 out. 2019. Revista Temporalis. <http://dx.doi.org/10.22422/temporalis.2019v19n37p102-117>.

VIDICA, Letícia. LGBTFobia: Brasil é o país que mais mata quem apenas quer ter o direito de ser quem é. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/lgbtfobia-brasil-e-o-pais-que-mais-mata-quem-apenas-quer-ter-o-direito-de-ser-quem-e/#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20Dossi%C3%AA,por%20esse%20tipo%20de%20discrimina%C3%A7%C3%A3o..> Acesso em: 26 mar. 2024.